



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
Esplanada dos Ministérios - Bloco U, coage@mme.gov.br, Brasília/DF, CEP 70065-900  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://www.mme.gov.br

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 48340.001895/2023-70

### 1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia visando assistir e subsidiar à fiscalização, durante a execução da Obra de Construção das Duas Escadas Externas de Emergência do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF, sedes atuais dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, de conformidade com Art. 67 da Lei 8666/93, mediante assessoramento e apoio técnico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição/Especificação	CATSER (*)	Unidade de Medida	Quant (a)	Valor de Ref. Máximo Aceit.	
					Unit. (b) (**)	
1.0	Prestação de serviços de engenharia visando assistir e subsidiar à fiscalização, durante a execução da Obra de Construção das Duas Escadas Externas de Emergência do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF, sedes atuais dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, de conformidade com Art. 67 da Lei 8666/93, mediante assessoramento e apoio técnico, por meio de Engenheiro Civil de Obra Pleno – 44 hs/semana (220 hs/mês)	1341	mês	18	21.761,22	3
2.0	BDI		%	14,17%		
Total Geral						4

(\*) - Supervisão, gerenciamento, fiscalização - projeto construção, obras civis

(\*\*) Fonte de preços: Tabela SINAPI/CEF/IBGE – Insumos/Não desonerada – base 03/2023 – localidade: Brasília – código: 00040813.

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global por Preços Unitários.
- 1.5. O prazo de execução é de **18(dezoito) meses**, a partir da sua assinatura, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.
- 1.6. O contrato tem a vigência contratual determinada, de 21 (vinte e um) meses, a partir da sua assinatura, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. A licitação será realizada na modalidade denominada Pregão Eletrônico, nos termos da legislação abaixo e demais condições ao qual o objeto se enquadra:

- 5.1.1.1. Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

a) De conformidade com o Art 9º da Lei 8666/93 não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do serviço objeto deste TR, a empresa que vai executar a obra Obra de Construção das Duas Escadas Externas de Emergência, bem como àquelas que detém vinculação societária com ela.

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

- 5.1.1.2. Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- 5.1.1.3. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e ou a Lei 13.303/2016;
- 5.1.1.4. Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 5.1.1.5. Decreto de nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia;
- 5.1.1.6. Decreto nº 10.183, de 20 de dezembro de 2019, que alterou o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- 5.1.1.7. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência:
- a) NR 1 – Disposições Gerais;
  - b) NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT);
  - c) NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);
  - d) NR 6 – Equipamento de Proteção Individual (EPI);
  - e) NR 8 – Edificações;
  - f) NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
  - g) NR 10 – Instalações e Serviços em Eletricidade;
  - h) NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
  - i) NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
  - j) NR 15 – Atividades e Operações Insalubres;
  - k) NR 16 – Atividades e Operações Perigosas;
  - l) NR 17 – Ergonomia;
  - m) NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
  - n) NR 21 – Trabalhos a céu aberto;
  - o) NR 23 – Proteção contra incêndios;
  - p) NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;
  - q) NR 25 – Resíduos Industriais;
  - r) NR 26 – Sinalização de Segurança NR 35 – Trabalho em Altura;
- 5.1.1.8. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, dentre elas:
- a) NBR 5410/2004 – Instalações elétricas de baixa;
  - b) NBR 9050/2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
  - c) NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004 (Controle de Transporte de Resíduos da Construção Civil);
  - d) NBR 12665/2015 - requisitos para o preparo, a composição química e o controle tecnológico do concreto fresco e endurecido. Além disso, ela determina os critérios para a aceitação ou não de um concreto a ser utilizado em uma obra;
  - e) NBR 6122 - regula o projeto e a execução da fundação de todas as estruturas de engenharia civil;
  - f) NBR 6118 - controle de requisitos para manter a qualidade da estrutura de concreto;
  - g) NBR 6120 - trata das ações de cargas em estruturas de concreto, metálicas, mistas etc.;
  - h) NBR 7190 - condições gerais que devem ser seguidas no projeto, na execução e no controle das estruturas correntes de madeira, tais como pontes, pontilhões, coberturas, pisos e cimbres;
  - i) NBR 5736 - fixa condições exigíveis no recebimento do cimento Portland pozolânico;
  - j) NBR 7480 - estabelece os requisitos exigidos para encomenda, fabricação e fornecimento de barras e fios de aço destinados a armaduras para estruturas de concreto armado, com ou sem revestimento superficial;
  - k) NBR 6479-04/1992 - Porta e Vedadores - Determinação da Resistência ao Fogo;
  - l) NBR 11742/2018 - Especifica os requisitos exigíveis para classificação, fabricação, identificação, unidade de compra, conteúdo do manual técnico, armazenamento, instalação, funcionamento, manutenção e ensaios de portas corta-fogo do tipo de abrir, com eixo vertical, para saída de emergência;
  - m) NBR 6120 - cargas em estruturas de concreto, metálicas, mistas etc;
  - n) NBR 7212 - Execução de concreto dosado em central – Procedimento;
- 5.1.1.9. Lei Federal 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- 5.1.1.10. Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA
- 5.1.1.11. Manual de Obras Públicas – Edificações, Práticas da SEAP – Comprasnet.
- 5.1.1.12. Os critérios e práticas de sustentabilidade serão baseados na Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;
- 5.1.2. O contrato será por Escopo com prazo determinado para execução, quando o contratado deverá entregar para a Administração o objeto pactuado, não sendo continuado, com dedicação exclusiva de mão de obra;
- 5.1.3. O contrato tem a vigência contratual determinada, de 18(dezoito) meses, a partir da sua assinatura, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.
- 5.1.4. Não haverá eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;
- 5.1.4.1. A Administração não dispõe de servidor com a formação específica para exercer a fiscalização da execução da obra de construção das escadas externas, dever inarredável do Órgão;
- a) O estabelecimento de algum tipo de acordo de cooperação técnica entre entes públicos, para a cessão de servidor com a formação técnica necessária exige processo demorado e pode não resultar em sucesso;
  - b) Com base no Art. 67 da Lei 8.666/93, optou-se em contratar terceiro para assistir e subsidiar à Fiscalização de informações pertinentes a essa atribuição;
  - c) Foi identificado no mercado opções de contratação para essa finalidade: por meio de consultor (pessoa física ou jurídica) remunerado por produto ou empresa especializada, por empreitada global, com a disponibilização da mão de obra;

d) A opção recaia na contratação de uma empresa privada, por empreitada global, por preço unitário, que pudesse disponibilizar o apoio técnico de engenharia civil, por meio de profissional do seu quadro ou que viesse a contratar, sob a sua responsabilidade.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos no edital como requisito previsto em lei especial.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante **poderá** realizar vistoria para conhecer o local da execução da obra, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2032-5703/5224/5503 ou 9.9986-0941;

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

7.2.2. Recomenda-se que a vistoria seja efetuada por técnico especializado do quadro de pessoal da licitante;

7.2.3. A licitante poderá vistoriar o local da obra que fica no lado oeste do edifício sede dos Ministérios de Minas e Energia e do Ministério do Turismo, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, em Brasília/DF;

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante ou ao seu representante legal poderá ser disponibilizado as informações relativas ao objeto da licitação em CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta;

7.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes;

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme Declaração de Vistoria (Anexo A).

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. A execução do objeto será realizada com base no cronograma físico financeiro disposto abaixo, que tomou como referencia os termos do Projeto Básico (0720340) do processo 48340.001469/2022-55, destinado a Contratação de empresa de engenharia para a obra de construção das **Duas Escadas Externas de Emergência do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF, sedes atuais dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo**, com prazo de 18 (dezoito) meses ou 540 (quinhentos e quarenta) dias.

8.1.2. Cronograma físico-financeiro de execução

8.1.3.

8.1.4.

Cronograma Físico-Financeiro												
Item	Descrição/Especificação	Mês/dia										
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º
		30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330
1.0	Prestação de serviços de engenharia visando assistir e subsidiar à fiscalização, durante a execução da Obra de Construção das Duas Escadas Externas de Emergência do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF, sedes atuais dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, de conformidade com Art. 67 da Lei 8666/93, mediante assessoramento e apoio técnico. Engenheiro Civil de Obra Pleno – Mensal (220/hs/mes)	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22
2.0	BDI (14,17%)	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16
	TOTAL GERAL MENSAL	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38
	TOTAL GERAL MENSAL ACUMULADO	24.845,38	49.690,76	74.536,14	99.381,52	124.226,90	149.072,28	173.917,66	198.763,04	223.608,42	248.453,80	273.299,19

8.1.5. Para atender ao objeto é necessário que a futura Contratada possua ou venha a contratar profissional detentor de perfil profissional conforme especificado no objeto, **Engenheiro Civil de Obra Pleno**, com experiência superior a 6(seis) anos a ser comprovado em carteira profissional ou documento equivalente.

8.1.6. Será disponibilizado um local no canteiro da obra ou no Ministério para que o profissional possa realizar as atividades inerentes ao objeto contratual.

8.1.7. Os principais serviços que a Contratada deverá executar são os de **assessoramento e de apoio técnico à Fiscalização** até o recebimento final da obra, em que se destacam os seguintes serviços:

8.1.7.1. Liberação de serviços da obra, bem como de novas frentes;

8.1.7.2. Análise, acompanhamento, atualizações e estudos de impactos dos prazos de execução e dos preços decorrentes de possíveis alterações de cronograma físico-financeiro da obra;

8.1.7.3. Prestar assessoramento e apoio técnico no gerenciamento das interfaces entre projeto, obras, meio ambiente e segurança operacional;

8.1.7.4. Assessoramento e apoio técnico na análise e aprovação da revisão/compatibilização do Projeto Executivo com os demais projetos, orçamento e cronograma elaborados pela Contratada;

8.1.7.5. Criar e implementar rotinas de fiscalização e controle tecnológico (se for o caso), bem como aferição e diagnóstico da evolução física dos serviços;

8.1.7.6. Assessoramento e apoio técnico na análise de eventuais proposições de alterações de especificações técnicas e/ou nos projetos da obra;

8.1.7.7. Estudo de impactos (financeiro, executivo, ambiental, cronograma, etc.) provocados por eventuais propostas de alterações de quantitativos de serviços e custos da obra;

8.1.7.8. Análise dos recursos (equipamentos, materiais, mão de obra, etc.) alocados na obra e proposição de adequação destes, caso necessário, tendo em vista a recuperação e/ou cumprimento do cronograma/prazo de execução da obra;

8.1.7.9. Assessoramento e apoio técnico no acompanhamento e atualização dos projetos “as built” da obra;

- 8.1.7.10. Assessoramento e apoio técnico no esclarecimento de dúvidas relacionadas à documentação técnica dos projetos (plantas, desenhos, seções, planilhas, especificações, etc.) da obra;
- 8.1.7.11. Estudo dos impactos sobre o custo e o prazo de execução dos serviços integrantes da obra e prazo final de entrega da obra, provocados por eventuais descumprimento das metas planejadas, pelas alterações, e/ou adequações e/ou atualizações havidas nos projetos da obra;
- 8.1.7.12. Controle de qualidade de materiais, equipamentos e serviços aplicados/instalados na obra;
- 8.1.7.13. Controle tecnológico de materiais e serviços aplicados na obra;
- 8.1.7.14. Assessoramento e apoio técnico em levantamentos de quantitativos e elaboração de orçamentos (tanto em projeto como em obra);
- 8.1.7.15. Avaliação e parecer técnico quanto a eventuais pleitos, propostos pela "Contratada da Obra" encaminhados ao Ministério de Minas e Energia relacionados a obra;
- 8.1.7.16. Prestar assessoramento e apoio técnico e administrativo (elaboração de relatórios, estudos, etc.) para questionamentos realizados ao Ministério de Minas e Energia tanto por órgãos de controle/fiscalização externos e internos;
- 8.1.7.17. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, analisando e emitindo parecer sobre os eventuais ajustes necessários e os propostos, que venham a ocorrer durante o desenvolvimento dos trabalhos/obra, devendo a contratada interagir com a "Contratada da Obra" para promover ações no sentido de recuperar eventuais atrasos no cronograma;
- 8.1.7.18. Verificar e emitir parecer sobre eventuais acréscimos ou supressões de serviços ou materiais necessários para perfeita execução da obra;
- 8.1.7.19. Analisar e emitir parecer sobre os materiais similares propostos, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia e desempenho requeridos pelas especificações técnicas;
- 8.1.7.20. Realizar vistorias técnicas para acompanhamento dos serviços e registro de ocorrências ambientais, assim como comunicar as ocorrências aos setores competentes e propor a emissão de Comunicação de Não Conformidades e Notificações Ambientais;
- 8.1.7.21. Verificar e emitir parecer sobre as medições dos serviços, bem como conferir, analisar e validar a documentação contratual relacionada aos processos de medição dos serviços prestados pela "Contratada da Obra";
- 8.1.7.22. Recomendar a substituição de qualquer funcionário da "Contratada da Obra" que embarace e/ou dificulte as ações de fiscalização da obra;
- 8.1.7.23. Avaliar qualitativa e quantitativamente o desempenho dos trabalhos da "Contratada da Obra" no tocante aos padrões de qualidade de serviço, prazos, eficiência, eficácia, etc.;
- 8.1.7.24. Recebimento provisório e definitivo de etapas da obra;
- 8.1.7.25. Avaliar as atividades de manutenção do canteiro/equipamentos, verificando se estão de acordo com o planejado e se estão sendo realizadas respeitando as boas práticas, de forma que ofereçam segurança e confiabilidade da obra;
- 8.1.7.26. Elaborar controles, **relatórios fotográficos semanais** do andamento da obra e serviços, relatórios de não conformidade e “check-list” de verificação das atividades relativas às disciplinas;
- 8.1.7.27. Emitir relatórios técnicos mensais de acompanhamento da obra contendo as informações das medições mensais e acompanhamento do cronograma físico-financeiro;
- 8.1.7.28. Monitorar o avanço da obra através da comparação do cronograma inicial, de acordo com o progresso real, detectando as atividades que frustraram o prazo ou aquelas que foram feitas em menor tempo;
- 8.1.8. À "Contratada da Obra" pela obra é atribuída a responsabilidade de encaminhar previamente à Fiscalização do Ministério de Minas e Energia, para análise e aprovação, todas e eventuais as ações que envolverem:
- 8.1.8.1. Aprovação e/ou rejeição de modificações de projetos;
- 8.1.8.2. Abertura de frentes de serviços da obra;
- 8.1.8.3. Liberação de serviços da obra;
- 8.1.8.4. Alterações de cronograma da obra;
- 8.1.8.5. Atualizações e/ou adequações e/ou modificações em projetos, orçamentos e especificações técnicas da obra, assim como nas especificações/orçamentos;
- 8.1.8.6. Alterações contratuais;
- 8.1.8.7. Alterações na programação dos serviços da obra;
- 8.1.8.8. Alocação de recursos humanos e materiais;
- 8.1.8.9. Análise e parecer de medições (e documentação contratual solicitada pelo Ministério da Minas e Energia) dos serviços executados pela Contratada;
- 8.1.8.10. Relatórios das instalações e equipamentos executados/instalados na obra;
- 8.1.8.11. Relatórios de supervisão ambiental, emitidos pela "Contratada da Obra", previamente analisados;
- 8.1.8.12. A documentação correspondente às ações necessárias deve ser submetida ao Ministério de Minas e Energia, em tempo hábil que permita análise e decisão sem comprometer o planejamento/cronograma da obra, seus custos, qualidade e a conclusão nos prazos contratuais previstos.
- a) Caso seja constatada qualquer modificação dos itens relacionados sem a aprovação prévia do Ministério de Minas e Energia, a Contratada pela obra será prontamente responsabilizada civil e financeiramente;
- 8.1.8.13. A "Contratada da Obra" **não** está autorizada a tomar qualquer decisão que altere as condições originais da obra sem a aprovação prévia e formal do Ministério de Minas e Energia;
- 8.1.8.14. A "Contratada da Obra" **não** está autorizada a tomar decisões que modifique qualquer das cláusulas pactuadas no contrato, bem como as condições originais da obra (orçamento, cronograma, especificações e projetos) sem a formal aprovação do Ministério de Minas e Energia;
- 8.1.8.15. A "Contratada da Obra" será responsabilizada civil e financeiramente pelos serviços que não forem executados dentro das melhores práticas e Normas Técnicas vigentes, bem como por aqueles que não atenderem às especificações técnicas aprovadas pelo Ministério de Minas e Energia, quando for comprovado que as divergências decorreram de erro ou falha nos serviços executados pela mesma;
- 8.1.8.16. A "Contratada da Obra" será responsável pela correção e exatidão de todos os dados e informações por ela prestada, inclusive aquelas relativas a levantamentos de quantitativos em projetos e aplicados na obra;
- 8.1.8.17. Os assuntos tratados no âmbito da "Contratada da Obra", com prazos a serem cumpridos e que exija avaliação e decisão por parte do Ministério de Minas e Energia, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data limite que comprometa o prazo final da obra;
- 8.1.8.18. A "Contratada da Obra" deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização do Ministério de Minas e Energia, permitindo o acesso aos serviços em execução, informações/documentação bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.
- 8.1.9. **Plano de Trabalho - assessoramento e apoio técnico**
- 8.1.9.1. Reunião de Início de Serviços - deve ser celebrada no início dos trabalhos entre a Fiscalização do Ministério de Minas e Energia e a empresa a ser contratada para o assessoramento e apoio técnico.
- 8.1.9.2. Nela serão tratados temas de interesse comum como, por exemplo, a adoção de diretrizes que nortearão a forma de atuação da Contratante. Dar-se-á destaque à definição mais precisa do escopo dos serviços da empresa a ser contratada para o assessoramento e apoio técnico e à sua organização, que deverá ser ajustada à organização do Ministério de Minas e Energia;

- 8.1.9.3. Outros aspectos relevantes a serem tratados serão: procedimentos e rotinas técnicas, gerenciamento de documentos, implantação de arquivos técnicos e administrativos e critérios de mobilização de pessoal;
- 8.1.9.4. Esta reunião também tem como objetivo sanar todos os questionamentos acerca das atividades e procedimentos exigidos no Termo de Referência bem como os Quantitativos e Serviços previstos;
- 8.1.9.5. Apresentação para a Fiscalização, pela empresa a ser contratada para o assessoramento e apoio técnico, da solução de execução da obra prevista no Termo de Referência e seus Apêndices.
- 8.1.9.6. Os principais produtos resultantes desta atividade serão:
- 8.1.9.7. Revisão de Planejamento: averiguar a necessidade de uma compatibilização do cronograma físico do contrato de assessoria técnica em relação ao cronograma físico financeiro da obra, em si;
- 8.1.9.8. Procedimentos e Rotinas de assessoramento e apoio técnico: serão esclarecidas as exigências e responsabilidades na prestação dos serviços e discutido como serão os procedimentos de acesso ao prédio, horários, registros de frequência, se haverá a necessidade de trabalho fora do Órgão, envio de relatórios, apresentação formal da equipe e outras dúvidas ou questões que surgirem;
- 8.1.9.9. Validação do profissional utilizado no contrato: devem ser apresentado o profissional da área civil – com comprovação da qualificação, de forma a atender as exigências definidas neste TR.
- 8.1.9.10. Emissão da Ordem de Serviço Inicial: será definida a data do início da prestação dos serviços e entregue a Ordem de Serviço Inicial.
- 8.1.9.11. Ata de Reunião de Abertura: todas as definições serão registradas em ata, a ser assinada ainda durante a reunião por todos os participantes.
- 8.1.10. **Execução dos serviços - assessoramento e apoio técnico**
- 8.1.10.1. A execução dos serviços será iniciada em data a ser definida pela Contratante na Ordem de Serviço Inicial mediante comunicação formal na Reunião de Início dos Serviços e obedecerá aos parâmetros estabelecidos neste TR, dentre eles o início e o término da jornada de trabalho do profissional alocado;
- 8.1.10.2. Apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços registrados no CREA-DF;
- 8.1.11. Os serviços serão divididos em:
- 8.1.11.1. Serviços Técnico-Profissionais - Estudos e Projetos
- a) Analisar e dar parecer sobre a revisão do Projeto Executivo entregue pela empresa executora da obra, verificando a conformidade com os demais projetos;
- b) Providenciar laudos ou pareceres sobre o Projeto Executivo e a execução, quando solicitados pelo Fiscal do Contrato;
- c) Exigir, verificar e aprovar os desenhos “como construído” elaborados pela empresa executora da obra, registrando todas as modificações introduzidas nos projetos originais que se fizerem necessárias ou às modificações de projeto solicitadas pela Contratante durante a realização da obra, de modo a documentar fielmente os serviços efetivamente executados (os projetos “como construído” deverão ser entregues à Fiscalização no recebimento provisório final da obra).
- 8.1.11.2. Análise de Aditivos e Elaboração de Orçamentos
- a) Emitir os correspondentes pareceres sobre as eventuais solicitações de prorrogação de prazos, interrupções, serviços extras, termos aditivos para acréscimos, supressões ou substituições, reajustamento e outros;
- b) Elaborar orçamentos específicos para a formação do preço dos aditivos contratuais, se houver, o quais deverão ser detalhados em planilhas, elaboradas a partir de composições de custos unitários, previstas no projeto, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na Internet, pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE. Para serviços não constantes do SINAPI, efetuar pesquisa em publicações regulares (PINI ou similar) ou ainda pesquisa de preços de mercado.
- 8.1.11.3. Perícias e Vistorias
- a) Verificar e dar parecer fundamentado sobre a similaridade ou equivalência dos materiais, equipamentos e dos serviços propostos ou fornecidos pela "Contratada da Obra" pelo empreendimento, em relação ao especificado nos projetos;
- b) Propor a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais e serviços empregados na obra objeto do contrato.
- c) Notificar imediatamente o Fiscal de Contrato sobre a necessidade de paralisar e/ou de solicitar nova realização de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com o Projeto Executivo, norma técnica ou qualquer disposição aplicável ao objeto do contrato, indicando as falhas e inconformidades constatadas.
- d) Informar ao Fiscal do Contrato a necessidade de substituição de materiais ou equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços ou à obra.
- e) Verificar se durante a execução dos serviços, a empresa executora da obra observa as recomendações dos fabricantes, os encargos e especificações estabelecidas e se os procedimentos empregados são eficazes para garantir a qualidade final dos trabalhos.
- f) Informar ao Fiscal do Contrato os serviços que a empresa executora da obra deva corrigir, refazer ou reconstruir, executados com erros ou imperfeições.
- g) Comparecer extraordinariamente ao canteiro de obras sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato ou para atender a situações emergenciais que exijam suas providências;
- h) Registrar no Diário de Obra a presença de sua Equipe Técnica, mediante a anotação dos respectivos períodos e profissionais.
- 8.1.11.4. Planejamento e Controle
- a) Analisar e dar parecer sobre os relatórios periódicos de execução do empreendimento, elaborados de conformidade com os requisitos estabelecidos no Projeto Executivo.
- b) Acompanhar e dar parecer sobre as aferições ou avaliações periódicas dos serviços, controlando o valor acumulado em função da despesa prevista.
- c) Exercer rigoroso controle do cronograma de execução, informando a tempo à Contratante, toda previsão ou constatação de atraso ou antecipação na conclusão da obra ou etapas dos serviços.
- d) Participar de reuniões técnicas ou gerenciais sobre a obra (periódicas ou eventuais), para análise e discussão sobre o andamento dos serviços, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato, com o pessoal envolvido, inclusive fiscais de órgãos públicos.
- e) Elaborar todas as atas de reunião em que participar, registrando todos os assuntos tratados, bem como providenciar no fornecimento de cópia aos participantes e interessados.
- f) Elaborar checklist para recebimento da obra/serviços, contendo prazo para término das pendências (se houver) e solicitar termo de garantia.
- g) Auxiliar o Fiscal do Contrato na elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo de etapas da obra, bem como dos termos finais.
- h) Elaborar relatório final contendo, além das informações sobre a obra, o desempenho da empresa executora e outros fornecedores no decorrer da obra, em relação ao prazo, suficiência de recursos e qualidade dos serviços.
- 8.1.11.5. Práticas de Sustentabilidade na Obra
- a) Verificar a implementação, pela Contratada, das práticas de sustentabilidade na execução da obra e no fornecimento de materiais e equipamentos destinados à obra, em conformidade com o previsto no artigo 7º do Decreto no 7.746/2012 de 5 de junho 2012 da Presidência da República.
- b) Para tanto, na execução de todos os trabalhos e serviços deverão ser observados os seguintes princípios:
- Redução do desperdício de materiais;
  - Menor geração possível de resíduos;

- Adequada destinação dos resíduos, de conformidade com a Coleta Seletiva do Órgão;
- Materiais sustentáveis;
- Redução de impactos ao entorno;
- Qualidade do ambiente interno;
- Segurança no trabalho, com a participação da Brigada de Incêndio do prédio.

8.1.11.6. Para cada etapa/atividade executada disposta no cronograma contratual a assessoria técnica deverá apresentar um Parecer/Relatório à Fiscalização do Ministério de Minas e Energia.

## 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços a Contratada deverá disponibilizar os materiais e equipamentos, que sejam necessários para a prestação dos serviços de apoio e de assessoramento técnico a Fiscalização da obra, cujos custos serão cobertos pelo BDI.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome do empregado eventualmente envolvido, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre o empregado da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto ou responsáveis por ela indicado, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções do trabalhador da Contratada, mediante a utilização deste em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

10.10.1. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

10.11. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

- 11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 11.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 11.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 11.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 11.28. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 11.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 11.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 11.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.32. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 11.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 11.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 11.34.1. Providenciar junto ao CREA e/ou CAU-BR a Anotações de Responsabilidade Técnica referente ao objeto do contrato e especialidades pertinente, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 11.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 11.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 11.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 11.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 11.39.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 11.39.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 11.39.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 11.39.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 11.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- 11.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 11.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 11.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 11.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 11.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 11.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 11.40.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 11.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 11.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 11.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 11.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 11.41.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 11.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 11.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 11.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);
- 11.45. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

**12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

**13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993
- 14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.



14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIAÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. a avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.1.2. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada

15.2. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.3. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.4. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.5. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

## 16. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

16.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

16.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

16.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

16.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

16.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

16.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

16.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

16.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;

16.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

16.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

16.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo;

16.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Fiscal do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

16.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.4. Nos contratos de escopo, o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

16.4.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

16.4.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

16.4.3. O prazo para recebimento definitivo será de até 10 dias;

16.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento;

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 17.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 17.5.1. o prazo de validade;
- 17.5.2. a data da emissão;
- 17.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 17.5.5. o valor a pagar; e
- 17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6/100)/ 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	---------------	--

18. REAJUSTE

- 18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.
- 18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de

preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**19. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 19.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.;
- 19.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 19.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993;
- 19.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 19.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
  - 19.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 19.5.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - 19.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
  - 19.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber;
- 19.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;
- 19.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária;
- 19.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- 19.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil;
- 19.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, a instituição deverá estar cadastrada e aprovada pelo Banco Central do Brasil;
- 19.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;
- 19.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada;
- 19.13. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 19.14. Será considerada extinta a garantia:
  - 19.14.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 19.14.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017;
- 19.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.
- 19.16. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

**20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
  - 20.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
  - 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 20.1.3. fraudar na execução do contrato;
  - 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
  - 20.1.5. cometer fraude fiscal.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
  - 20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - 20.2.2. **Multa de:**
    - 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
    - 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
    - 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
    - 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
    - 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
    - 20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
  - 20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

- 20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 20.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

- 20.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 20.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 20.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 20.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor consistem na apresentação de:
- 21.3.1. **Registro ou Inscrição no CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme a área de atuação prevista no Termo de Referência (Engenharia Civil), conforme Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973 e em plena validade;

21.3.2. **Quanto à capacitação técnico-operacional:** apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

21.3.2.1. **Prestação de serviços de fiscalização de obras (ou execução de obras ou de assessoramento e apoio técnico de nível superior de engenharia civil à fiscalização), de edificação vertical, com no mínimo 5(cinco) pavimentos, em que conste execução de concreto armado aparente.**

a) Os atestados exigidos no subitem anterior, deverão conter as seguintes informações:

- Identificação e endereço completo da pessoa jurídica emissora do documento;
- Data e local de expedição do documento;
- Descrição da data de início e término da prestação dos serviços referenciados no documento.

21.3.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

21.3.4. **Comprovação da capacitação técnico-profissional:** mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

21.3.4.1. **Prestação de serviços de fiscalização de obras (ou execução de obras ou de assessoramento e apoio técnico de nível superior de engenharia civil à fiscalização), de edificação vertical, com no mínimo 5(cinco) pavimentos, em que conste execução de concreto armado aparente.**

21.3.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação

21.3.6. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

21.3.7. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.5. Valor Global: **R\$ 447.216,85** (quatrocentos e quarenta e sete mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e cinco centavos).

21.5.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.6. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

21.7. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 447.216,85** (quatrocentos e quarenta e sete mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e cinco centavos).

## 23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 320004/00001;

Fonte de Recursos: 1053000260;

Programa de Trabalho: 25122003220000001

Elemento de Despesa: 339039.

## 24. ANEXOS

24.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo A - Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- Anexo B – Declaração de Vistoria;
- Anexo C – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços;
- Anexo D – Planilha de Composição de BDI;
- Anexo E – Cronograma físico-financeiro.
- Anexo F - Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

Município de Brasília/DF, 12 de julho de 2023

**Alvanir da Silva Carvalho**

Engenheiro Civil CREA\_DF 1.802/D

Coordenador de Atividades Gerais.

Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços prestados, com indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações (ajustes) no pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas, por imperfeições na execução, o que não afasta a aplicação das demais penalidades previstas no Contrato.

Durante a vigência do contrato a Contratante adotará o Instrumento de Medição de Resultado – IMR em conformidade com a IN SLTI/MPDG nº 5/2017.

O Instrumento de Medição de Resultado contemplará os indicadores e as respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização do contrato.

<b>Indicador: QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA VISANDO ASSISTIR E SUBSIDIAR À FISCALIZAÇÃO, DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DAS DUAS ESCADAS EXTERNAS DE EMERGÊNCIA DO BLOCO “U” DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, EM BRASÍLIA – DF.</b>	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a qualidade dos serviços prestados para o cumprimento do objeto do contrato.
Meta a cumprir	100% das obrigações estabelecidas no Termo de Referência
Instrumento de medição	Relatório de acompanhamento de imperfeições
Forma de acompanhamento	Através da Fiscalização que deverá verificar a qualidade dos serviços prestados e registrar as ocorrências em relatório próprio.
Periodicidade	Relatório mensal com registro da qualidade das atividades realizadas no mês em referência.
Mecanismo de cálculo	Verificação e valoração do número de ocorrências registradas pela Fiscalização no relatório de acompanhamento das imperfeições, que deverão ser consolidadas e avaliadas por meio do Relatório de Imperfeições, constante deste Apêndice.
Início de Vigência	Início da execução do serviço.

**RELATÓRIOS DE IMPERFEIÇÕES (IMR)**

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: \_\_\_\_ / \_\_\_\_

<b>1 - Ausência ou afastamento do Engenheiro do local do serviço, conforme estipulado no contrato, sem anuência da Fiscalização.</b>		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.	.	....
.	.	....
<b>2 - Descumprimento dos horários de início e término da jornada diária fixados para o Engenheiro (além da tolerância acordada - de eventuais atrasos na entrada ou antecipação de saída), sem a devida justificativa e aceita pela Fiscalização.</b>		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.	.	....
.	.	....
<b>3 - Atrasar ou deixar de apresentar os <u>relatórios fotográficos semanais</u> do andamento da obra, até o 1º dia útil da semana subsequente.</b>		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.		
.		
<b>4 - Atrasar ou deixar de apresentar os relatórios mensais do andamento da obra, até o 1º dia útil do mês subsequente.</b>		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.	...	...
.	...	...
<b>5 – Atraso na entrega de pareceres, laudos técnicos, análises, termo de recebimentos, estudos, etc., conforme prazo estipulado, sem justificativa ou solicitação de prorrogação e aceito pela Fiscalização.</b>		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.	...	...
.	...	...
<b>6 – Atraso no registro de ART dos serviços no CREA_DF conforme estipulado em contrato.</b>		
Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.	...	...
.	...	...

7 – Atraso na disponibilização de equipamentos necessários na prestação dos serviços, causando retardamento na produção de documentos.

Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.	...	...
.	...	...

8 - Atraso no pagamento do salário e demais benefícios ao Engenheiro disponibilizado para execução do serviço, além do 5º dia útil do mês subsequente.

Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.	...	...
.	...	...

9 – Não verificar a atualização obrigatória diária do Diário de Obra pelo Engenheiro Residente da Obra.

Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.	...	...
.	...	...

10 - Deixar de encaminhar em tempo hábil e prazo contratual, eventual substituto do Engenheiro, em caso de ausência prolongada desse.

Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.	...	...
.	...	...

11 - Deixar de portar o EPI requerido quando em ação no canteiro de obra

Nº da ocorrência	Data da ocorrência	Descrição sintética da imperfeição
.	...	...
.	...	...

TOTAL DE OCORRÊNCIAS DESTE RELATÓRIO - TABELA CONSOLIDADORA (IMR)												
Tipo de Imperfeição:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	TOTAL (FA)
Total de Ocorrências:												

- Instruções:
- Preencher cada um dos 11(onze) itens de avaliação de imperfeições, sequenciando e totalizando as ocorrências no mês de referência e indicando sinteticamente o dia e o fato gerador na tabela existente em cada item.
  - Repassar o Total de Ocorrências, por item avaliado, para a TABELA CONSOLIDADORA.
  - O somatório dos números corrigidos resulta no Fator de Aceitação (FA)

EFEITOS REMUNERATÓRIOS

Faixa de Ajuste	Fator de Aceitação	Remuneração em relação ao valor da fatura
01	01 a 02	100%
02	03 a 6	99,5%
03	07 a 10	98%
04	11 a 14	95%
05	15 a 22	90%
06	Superior a 23	80%

Observação: A aplicação das Faixas de Ajuste no pagamento não substitui nem elimina as sanções e penalidades previstas em contrato.

INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DA TABELA CONSOLIDADORA

- 1 - As ocorrências de imperfeições identificadas serão inseridas na tabela acima, de modo a preencher a linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS/IMPERFEIÇÕES, que contempla os 17(dezessete) tipos de imperfeições definidas para proceder a verificação da prestação dos serviços;
- 4 - Por final, será somada toda a linha com os números das ocorrências, obtendo-se um número final chamado de FATOR DE ACEITAÇÃO.
- 5 - O valor do Fator de Aceitação indica a faixa de AJUSTE que irá incidir no pagamento da fatura do mês em referência.

Anexo B – Declaração de Vistoria Técnica

DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
--------------------------------

A Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME, por intermédio do servidor abaixo identificado, declara que a empresa:

Nome:		
CNPJ:		
Endereço:		
Fone:	Celular:	e-mail:
Representante:		C.I.:

Procedeu vistoria o local e de que tomou conhecimento de todas as condições necessárias para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência, Anexo I do Edital, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta.

Brasília/DF, ..... de.....de 2023

Coordenação de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME

Licitante

Anexo C – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços

Item	Descrição/Especificação	CATSER (*)	Unid de Medida	Quant (a)	Valor de Referência Máximo Aceitável (R\$)	
					Unit. (**) (b)	Total (c)= (a)x(b)
1.0	Prestação de serviços de engenharia visando assistir e subsidiar à fiscalização, durante a execução da Obra de Construção das Duas Escadas Externas de Emergência do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF, sedes atuais dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, de conformidade com Art. 67 da Lei 8666/93, mediante assessoramento e apoio técnico, por meio de Engenheiro Civil de Obra Pleno – 44 hs/semana (220 hs/mês)	1341	mês	18	21.761,22	391.701,96
2.0	BDI		%	14,17%		55.514,89
	Total Geral					447.216,85
(*) Supervisão, gerenciamento, fiscalização - projeto construção, obras civis						
(**) Fonte de preços: Tabela SINAPI/CEF/IBGE – Insumos/Não desonerada – base 05/2023 – localidade: Brasília – código: 00040813.						

Anexo D – Planilha de Composição de BDI

PLANIHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI	
Prestação de serviços de engenharia visando assistir e subsidiar à fiscalização, durante a execução da Obra de Construção das Duas Escadas Externas de Emergência do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF, sedes atuais dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, de conformidade com Art. 67 da Lei 8666/93, mediante assessoramento e apoio técnico.	
CÁLCULO DO BDI	
1) Taxa de rateio da administração central/custos indiretos, risco, seguro e garantia do empreendimento;	
2) Taxa das despesas financeiras;	
3) Taxa de lucro;	
4) Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS e CPRB).	
BDI = { [ (1 + AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) ] / (1 - T) } - 1	
Sendo:	
BDI para serviços:	%
AC = Taxa de rateio da administração central e custos indiretos	1,00%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	0,00%
SG = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,00%
DF = Taxa das despesas financeiras	0,50%
L = Taxa de lucro	5,00%
T = Taxa de tributos	6,65%
BDI = { [ (1 + AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) ] / (1 - T) } - 1	14,17%



Tributos para Serviços	6,65%
ISS	3,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB (Opção de folha não desonerada)	0,00%
OBS: A empresa deverá apresentar o cálculo do BDI de acordo com os limites mínimos e máximos dos quartis constantes das páginas nº 1 e 2 do Acórdão do TCU nº 2622/2013 - Plenário.	

Anexo D – Cronograma físico-financeiro

Item	Descrição/Especificação	Mês/dia											
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	
		30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	
1.0	Prestação de serviços de engenharia visando assistir e subsidiar à fiscalização, durante a execução da Obra de Construção das Duas Escadas Externas de Emergência do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF, sedes atuais dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, de conformidade com Art. 67 da Lei 8666/93, mediante assessoramento e apoio técnico. Engenheiro Civil de Obra Pleno – Mensal (220/hs/mes)	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22	21.761,22
2.0	BDI (14,17%)	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16	3.084,16
	TOTAL GERAL MENSAL	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38	24.845,38
	TOTAL GERAL MENSAL ACUMULADO	24.845,38	49.690,76	74.536,14	99.381,52	124.226,90	149.072,28	173.917,66	198.763,04	223.608,42	248.453,80	273.299,19	298.144,57

Anexo F - Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

NUP Nº 48340.001895/2023-70

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia visando assistir e subsidiar à fiscalização, durante a execução da Obra de Construção das Duas Escadas Externas de Emergência do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF, sedes atuais dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, de conformidade com Art. 67 da Lei 8666/93, mediante assessoramento e apoio técnico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos

*OBSERVAÇÃO: Os tópicos 1 a 17 do presente Termo devem ser analisados, preenchidos e assinados por profissional habilitado, de acordo com as competências atribuídas pela Lei nº 5.194, de 1966 e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura – CONFEA, Lei n. 12.378, de 2010 e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou pela Lei nº 13.639, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.*

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1 Classificação como obra ou serviço de engenharia

É um serviço de engenharia, haja se vista tratar de conjunto de atividades destinadas a Administração e que são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de engenheiro, no tocante a trabalhos técnico-profissionais ou à empresas de engenharia.

1.2 Caso seja serviço de engenharia: classificação como serviço comum ou especial

É um serviço de comum de engenharia, em razão das suas características gerais e específicas para a sua execução, que compreende métodos e técnicas pré-estabelecidas, padrões de desempenho, de qualidade e especificações usuais de mercado e comumente conhecidas, facilmente encontráveis, podendo serem objetivamente definidos no Termo de Referência do edital.

2. ELABORAÇÃO DE PROJETO E DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO DE ENGENHARIA

No presente feito, o Termo de Referência foi elaborado por profissional habilitado de engenharia, cuja emissão da ART será providenciada junto ao CREA\_DF juntada no processo.

3. REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

O regime de execução para a presente contratação é a EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, em razão de que foi possível definir previamente no objeto, com boa margem de precisão os quantitativos de serviços a serem executados, além de proporcionar simplicidade nas medições, com preço final fixo.

Caso adotado o regime de empreitada por preço global ou integral: definição das “subestimativas” e “superestimativas” relevantes

No presente caso, em razão das definições precisas do objeto não foram identificadas possibilidade de subestimativas e superestimativas relevantes dos serviços relativos à presente contratação.

4. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

Na presente licitação, foram juntadas as planilhas sintéticas no documento nº (0781245) e as planilhas analíticas no documento nº (0781245). A ART relativa às planilhas orçamentárias será constado de documento a ser disposto no processo após registro da ART no CREA\_DF.

5. ADOÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA DO SINAPI

No orçamento do presenteserviço, FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

**6. REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO**

No presente caso a elaboração do orçamento não exigiu a pesquisa de mercado.

**7. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS**

Foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações;

**8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS**

Na presente licitação, foram juntadas as Curvas ABC, porque não se aplica a natureza do serviço.

**9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Não foi adotado

**10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI**

Na presente licitação, o detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU;

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Administração central: (X) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil: **1%**

Por se tratar da prestação de serviços técnicos de engenharia por engenheiro civil é razoável prever a necessidade de custos de Administração Central, para custear as despesas da sede, de custos administrativos e operacionais.

Seguro e garantia: ( ) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil: **0,00%**

Não foram adotados parâmetros de percentuais para Seguro e Garantia, haja vista que as possibilidades da incidência dessas despesas são inexistentes.

Risco: ( ) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil: **0,00%**

Não foi adotado parâmetro de percentual para Risco, haja vista que as possibilidades da incidência dessas despesas são inexistentes.

Despesa financeira: (X) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil: **0,50%**

Não haverá a necessidade de investimentos relevantes em equipamentos, mão de obra e insumos, que necessite o aporte de recursos financeiros previamente a execução dos serviços para o seu financiamento, além dos considerados normais (capital de giro), até o pagamento dos serviços executados e faturados.

Lucro: (X) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil: **5%**

Em razão das peculiaridades do serviço ser, de execução simplificada .

**- Somente foram adotados percentuais enquadrados no 1º Quartil**

**11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

Em razão da natureza do serviço, ser de assessoria técnica, **não se aplica**.

**12. COMPOSIÇÃO DO CUSTO DIRETO DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

Em razão da natureza do serviço, ser de assessoria técnica, **não se aplica**.

**13. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

No presente feito, as ARTs relativas aos documentos técnicos da licitação serão juntadas no processo após a ART no CREA\_DF.

**14. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

No presente feito, o cronograma físico-financeiro consta do documento nº (0781245 e 0781265).

**15. ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO**

Em razão da natureza do serviço, ser de assessoria técnica, **não se aplica**.

**16. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**16.1 REGISTRO DA EMPRESA NO CONSELHO PROFISSIONAL**

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA, por se tratar da prestação de serviços de engenharia visando assistir e subsidiar à fiscalização, durante a execução da Obra de Construção das Duas Escadas Externas de Emergência do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF, sedes atuais dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, de conformidade com Art. 67 da Lei 8666/93, mediante assessoramento e apoio técnico, por meio de Engenheiro Civil.

**16.2 CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**

Na presente licitação, as comprovações de capacidade técnico-operacional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

**Prestação de serviços de fiscalização de obras (ou execução de obras ou de assessoramento e apoio técnico de nível superior de engenharia civil à fiscalização), de edificação vertical, com no mínimo 5(cinco) pavimentos, em que conste execução de concreto armado aparente.**

Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

**Para os serviços de fiscalização de obras: Prestação de serviços de fiscalização de obras (ou execução de obras ou de assessoramento e apoio técnico de nível superior de engenharia civil à fiscalização), de edificação vertical, com no mínimo 5(cinco) pavimentos, em que conste execução de concreto armado aparente.**

**16.3 POSSIBILIDADE DE SOMATÓRIO DOS ATESTADOS**

Será aceito, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

#### **16.4 CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**

Na presente licitação, as comprovações de capacidade técnico-profissional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de engenheiro civil: *Prestação de serviços de fiscalização de obras (ou execução de obras ou de assessoramento e apoio técnico de nível superior de engenharia civil à fiscalização), de edificação vertical, com no mínimo 5(cinco) pavimentos, em que conste execução de concreto armado aparente.*

Será, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART *conforme acima.*

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de engenheiro civil: *Prestação de serviços de fiscalização de obras (ou execução de obras ou de assessoramento e apoio técnico de nível superior de engenharia civil à fiscalização), de edificação vertical, com no mínimo 5(cinco) pavimentos, em que conste execução de concreto armado aparente*

#### **17. EXIGÊNCIA DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO**

Na presente licitação não será exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação.

#### **18. EXIGÊNCIA DE VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

Na presente licitação, a realização de vistoria será **facultativa** e o licitante poderá substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Por se tratar da prestação de serviços de engenharia visando assistir e subsidiar à fiscalização, durante a execução da Obra de Construção das Duas Escadas Externas de Emergência do Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF, sedes atuais dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, de conformidade com Art. 67 da Lei 8666/93, **mediante assessoramento e apoio técnico** a Vistoria não necessita ser imprescindível.

#### **18. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO**

O Termo de Referência NÃO ADMITIU a subcontratação na presente licitação, de acordo com as seguintes considerações:

A subcontratação pode comprometer a capacidade técnica e a qualidade dos serviços, pois a empresa subcontratada pode não ter o mesmo nível de especialização e experiência que a empresa contratada.

A subcontratação pode gerar conflitos entre as partes envolvidas, como atrasos, descumprimento de normas, divergências contratuais, etc.

A subcontratação pode aumentar os custos e os riscos trabalhistas, fiscais e previdenciários, pois a empresa contratada é solidariamente responsável pelos encargos e obrigações da empresa subcontratada.

#### **18.1 EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

##### **18.1 DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO**

Na presente licitação, será exigida a comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, no percentual de (10%) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:

Comprovar a qualificação econômico-financeira da licitante a fim de garantir o cumprimento do contrato, que abrange a maioria das empresas de engenharia, mesmo as EPP, e não haverá entraves a competitividade e poderá propiciar a Administração a escolha de uma empresa com a necessária solidez financeira adequada ao compromisso assumido.

#### **19. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

Na presente licitação, será vedada a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

Será vedada a participação de consórcio de empresas para a execução dos serviços de assessoramento e apoio técnico à Fiscalização da obra das Escadas de Emergência, visto tratar-se:

- de solução adotada para grandes obras, onde há a existência de atividades, que requerem especialidades e/ou expertise distintas;
- necessidade de aumentar a competitividade e a capacidade técnica;
- elevado orçamento que dificulte ou impossibilite a presença individual de empresas interessadas;
- alto risco e responsabilidades embutidos no empreendimento, que o necessite mitigar e dividir entre as empresas consorciadas;
- necessidade de redução de custos operacionais e administrativos;
- demanda de compartilhar recursos, conhecimentos e tecnologias;
- ou mesmo para aquelas obras em que o parcelamento é viável e recomendável.

#### **20. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

Na presente licitação, será vedada a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

Na presente licitação, será VEDADA a participação de cooperativas, haja vista que no ramo da construção civil não é usual a existência de cooperativas para essa finalidade, além de que a responsabilidade técnica pela execução dos serviços, ficaria difusa, no que se refere aos profissionais envolvidos.

A participação de COOPERATIVA, é vedada segundo a Súmula 281 do TCU:

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

De igual modo, o Parecer n. 096/2015/DECOR/CGU/AGU (00407.004648/2014-96, se posiciona contrariamente, principalmente no que se refere ao seu Inciso I:

*As Cooperativas de Trabalho, na forma da Lei nº 12.690, de 2012, são sociedades constituídas para o exercício de atividades laborais em proveito comum, com autonomia coletiva e coordenada, mediante autogestão e adesão voluntária e livre.*

#### **21. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE**

No presente feito, o Termo de Referência não incluiu critérios/práticas de sustentabilidade socioambiental, de acessibilidade, pelos seguintes fundamentos:

Por se tratar da prestação de serviços de apoio e assessoramento técnico à Fiscalização durante a execução da obra das Escadas de Emergência. não se aplica.

#### **22. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Na presente licitação, será exigida a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

Obstante não ser uma contratação que envolve alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis na sua execução, há de se considerar que a sua paralização pode trazer prejuízo a Instituição, resultando na deficiência da fiscalização, com reflexo na qualidade da execução da obra das Escadas de Emergência.

### **23. OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Na presente licitação, o sistema de registro de preços não foi adotado.

### **24. NATUREZA DA ATIVIDADE SE CONSTITUI OU NÃO ATIVIDADE DE CUSTEIO (DECRETO Nº 10.193/2019)**

No presente feito, com base nos critérios da Portaria nº 249/2012-MPOG, a natureza da atividade a ser contratada, constitui-se em Atividade de Custeio, ;

Considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 e o valor estimado da contratação e a PORTARIA No 10, DE 8 DE JANEIRO DE 2020, a autoridade assessorada:

- detém competência para celebrar o contrato;

Alvanir da Silva Carvalho

Engº Civil CREA-DF 1.802/D

Coordenador de Atividades Gerais/CGRL/SPOA/SE/MME

Sala 130, 1º andar, Bloco “U”, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

Fones: 61.2032-5703. 61.9.9986-0941

---

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Termo de Referência para pregão  
– Serviços comuns de engenharia  
Atualização: Setembro/2022



Documento assinado eletronicamente por **Alvanir da Silva Carvalho, Coordenador(a) de Atividades Gerais**, em 13/07/2023, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://www.mme.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0764305** e o código CRC **9F539C9D**.